

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da  
**Companhia de Transmissão Centroeste de Minas**  
Belo Horizonte (MG)

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados das demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Centroeste de Minas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

## Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## Outros Assuntos

A Companhia de Transmissão Centroeste de Minas elaborou um conjunto de demonstrações contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 17/01/2018.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por esta firma de auditoria.

Ribeirão Preto (SP), 18 de janeiro de 2018.



**AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S**

CRC-2SP 022486/O-4 CVM - 9555

**Tanagildo Aguiar Feres**

Contador - CRC1SP067138/O-"S" SC - "S" MG



**COMPANHIA DE TRANSMISSÃO CENTROESTE DE MINAS**

CNPJ Nº 07.070.850/0001-05

**BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E**  
**DE 2016**  
(Em reais)

**ATIVO**

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<b>Nota</b>		
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.793.158	19.845.574
Concessionárias e permissionárias	5	1.628.828	1.599.408
Impostos e contribuições a recuperar		54.751	441.310
Outros créditos		798	
		<b><u>18.477.535</u></b>	<b><u>21.886.292</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Concessionárias e permissionárias		69.194	68.592
Pesquisa e desenvolvimento	6	176.000	176.000
Depósitos judiciais	7	389.382	389.382
Imobilizado	8	37.157.439	38.578.607
Intangível	8	1.237.931	1.237.931
		<b><u>39.029.946</u></b>	<b><u>40.450.512</u></b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>57.507.481</u></b>	<b><u>62.336.804</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## PASSIVO

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<b>Nota</b>		
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		33.175	87.778
Impostos e contribuições sociais		291.330	513.515
Empréstimos e financiamentos	9	3.002.286	3.039.915
Pesquisa e desenvolvimento		585.108	492.089
Dividendos	10	2.361.245	2.644.683
Outros débitos		5.273	836.696
		<u><b>6.278.417</b></u>	<u><b>7.614.676</b></u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	<u>12.531.729</u>	<u>15.183.370</u>
		<u><b>12.531.729</b></u>	<u><b>15.183.370</b></u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	11		
Capital social		28.000.000	28.000.000
Reservas de lucros		10.697.335	11.538.758
		<u><b>38.697.335</b></u>	<u><b>39.538.758</b></u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u><u><b>57.507.481</b></u></u>	<u><u><b>62.336.804</b></u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias.



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO DOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E de 2016**  
(Em reais)

	Nota	2017	2016
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>			
	12		
Receita de transmissão de energia elétrica		16.396.143	15.939.914
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>			
PIS		(106.571)	(103.609)
COFINS		(491.868)	(478.197)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D		(152.397)	(148.437)
Taxa de fiscalização - ANEEL		(62.117)	(63.950)
Quota para reserva global de reversão - RGR		(342.967)	(313.269)
		<u>(1.155.920)</u>	<u>(1.107.462)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b><u>15.240.223</u></b>	<b><u>14.832.452</u></b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		<b>(4.069.714)</b>	<b>(3.879.117)</b>
Material		(2.985)	(7.452)
Serviços de terceiros		(2.362.191)	(2.304.394)
Tributos		(4.942)	(21.450)
Aluguéis		(253.459)	(187.554)
Depreciação		(1.421.698)	(1.421.698)
Taxas bancárias		(19.497)	(15.827)
Recuperação de despesas		-	79.258
Outros		(4.942)	-
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>		<b><u>11.170.509</u></b>	<b><u>10.953.335</u></b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>			
Receitas financeiras		2.331.915	4.295.783
Despesas financeiras	13	(2.294.397)	(2.960.566)
		<u>37.518</u>	<u>1.335.217</u>
<b>RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ</b>		<b><u>11.208.027</u></b>	<b><u>12.288.552</u></b>
Contribuição social		(384.855)	(353.764)
Imposto de renda		(881.086)	(799.280)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b><u>9.942.086</u></b>	<b><u>11.135.508</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**  
(Em reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>28.000.000</b>	<b>1.829.394</b>	<b>3.713.304</b>	<b>-</b>	<b>33.542.698</b>
Lucro líquido do período				11.135.508	11.135.508
Constituição de reserva legal		556.775		(556.775)	
Reserva de retenção de lucros			7.934.050	(7.934.050)	
Dividendos			(2.494.765)	(2.644.683)	(5.061.858)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>28.000.000</b>	<b>2.386.169</b>	<b>9.152.589</b>	<b>-</b>	<b>39.538.758</b>
Lucro líquido do período				9.942.086	9.942.086
Constituição de reserva legal		497.104		(497.104)	
Reserva de retenção de lucros			7.083.737	(7.083.737)	
Dividendos – (Nota 10)			(8.422.264)	(2.361.245)	(10.783.509)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>28.000.000</b>	<b>2.883.273</b>	<b>7.814.062</b>	<b>-</b>	<b>38.697.335</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis regulatórias.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado do exercício antes dos impostos</b>	<b>11.208.027</b>	<b>12.288.552</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>		
Depreciação	1.421.697	1.421.697
<b>Resultado ajustado</b>	<b>12.629.724</b>	<b>13.710.249</b>
<b>(Acréscimo) decréscimo nos ativos operacionais</b>		
Concessionários e permissionários	(30.022)	9.853
Impostos e contribuições a recuperar	386.559	(335.544)
Outros créditos	(798)	39.546
<b>Subtotal</b>	<b>355.739</b>	<b>(286.145)</b>
<b>(Acréscimo) decréscimo nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(54.602)	(24.477)
Impostos e contribuições sociais	(222.185)	27.782
Pesquisa e desenvolvimento	93.019	89.557
Outros débitos	(831.423)	(150.349)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.015.191)</b>	<b>(57.487)</b>
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>11.970.272</b>	<b>13.366.617</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos distribuídos	(11.066.947)	(3.966.446)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(3.955.741)	(5.223.079)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(15.022.688)</b>	<b>(9.189.525)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.052.416)</b>	<b>4.177.092</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>19.845.574</b>	<b>15.668.482</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>16.793.158</b>	<b>19.845.574</b>

---

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**REGULATÓRIAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Em reais)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A **COMPANHIA DE TRANSMISSÃO CENTROESTE DE MINAS S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado e autorizado, tendo como acionistas a **COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG** e **FURNAS – CENTRAIS ELÉTRICAS S/A**, constituída com o objetivo de: construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta II, 345KV, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal em 04.03.2005, através da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 18 de março de 2010, a Companhia obteve do Governo do Estado de Minas Gerais – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, Licença de Operação – LO, válida até 17 de março de 2014, para atividade da linha de transmissão de energia elétrica em 345 KV Furnas – Pimenta II. Em 16 de dezembro de 2013 foram entregues à SEMAD a documentação necessária ao processo de renovação da LO. A SEMAD ainda não se manifestou e para todos os efeitos a LO atual continua em vigência.

A Companhia iniciou as suas atividades operacionais em abril de 2010.

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final da concessão.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão com aprovação da administração da sociedade em 18 de janeiro de 2018.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis são como segue:

#### **a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações no mercado registradas pelo valor original acrescido por cálculos pró-rata dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustado a valor de mercado.

#### **b) Ativo Circulante e Não Circulante**

São apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando aplicável são registrados a valor presente. Não foram identificados casos com a necessidade de ajuste a valor presente.

#### **c) Passivo Circulante e Não Circulante**

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente, quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e

acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base "pró-rata dia".

**d) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**

O imposto de renda foi calculado com base no lucro presumido apurado trimestralmente, conforme estabelece a legislação tributária, à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 9%. Está sendo aplicada a base de presunção de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social.

**e) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

**f) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos bancários a vista	5.043	11.634
Aplicações financeiras	<u>16.788.115</u>	<u>19.833.940</u>
	<u>16.793.158</u>	<u>19.845.574</u>

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco do Brasil (a)	11.313.057	14.021.745
Banco Itaú (b)	<u>5.475.058</u>	<u>5.812.195</u>
	<u>16.788.115</u>	<u>19.833.940</u>

As aplicações financeiras estão demonstradas ao valor de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício e correspondem a títulos de renda fixa – CDB, nas seguintes formas:

- (a) CDB com taxa de remuneração de 95% em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.
- (b) CDB com taxa de remuneração entre 75% e 96% em 31 de dezembro de 2017 (72% em 31 de dezembro de 2016). Essa aplicação é compromissada e isenta de IOF.

O saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017 é classificado como equivalentes de caixa, por possuir conversibilidade imediata.

## 5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	2017		2016	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
Concessionárias e permissonárias	1.628.828	-	1.599.408	-
Parcela do circulante	1.628.828	-	1.599.408	-
Parcela do não circulante (a)	-	69.194	-	68.592

A Administração da Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista não haver qualquer expectativa de perda em relação às contas a receber.

- (a) Refere-se a valores a receber de clientes que estão amparados por decisão judicial em caráter liminar e recolhendo os valores em juízo.

## 6. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, a empresa deverá aplicar anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (Programa de P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Os valores devidos, calculados conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL são registrados no passivo circulante.

A Companhia é parte integrante de Convênio de cooperação técnico científica para o projeto de pesquisa e desenvolvimento intitulado “Sistema óptico de monitoramento da integridade física de cabos de linha de transmissão em vãos críticos”. Para o citado projeto, a Companhia aplicará o montante de R\$ 176.000. Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi aplicado o montante de R\$ 176.000 (R\$ 176.000 em 31 de dezembro de 2016). Quando do encerramento do projeto, após a certificação pela ANEEL, serão baixados em contrapartida ao passivo circulante, na mesma rubrica.

## **7. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

São depósitos judiciais referentes a ações de servidão administrativa que seguem seu curso normal no judiciário. Conforme relatório da assessoria jurídica da Centroeste, os depósitos cobrem a totalidade do principal, porém há incidência de juros de 12% ao ano, devidos desde a emissão provisória da posse, e poderão acarretar desembolso pela Companhia, pois só serão reconhecidos após o término da ação, quando serão apresentados os cálculos para liquidação de sentença.

## 8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

### a) Ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro 2015	39.732.050	530	267.725	40.000.305
Depreciação	(1.421.168)	(530)		(1.421.698)
Em 31 de dezembro 2016	38.310.882		267.725	38.578.607
Depreciação	(1.421.168)			(1.421.168)
Em 31 de dezembro de 2017	36.889.714		267.725	37.157.439
Taxa média de depreciação - % a.a.	2,93	16,67		

### b) Intangível

	Serviços em serviço	Serviços em curso	Total
Em 31 de dezembro 2015	1.147.208	90.723	1.237.931
Amortização			
Em 31 de dezembro 2015	1.147.208	90.723	1.237.931
Amortização			
Em 31 de dezembro de 2017	1.147.208	90.723	1.237.931

## 9- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Subcréditos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
BNDES - A	Abril de 2023	4.950.018	5.788.955
BNDES - B	Abril de 2023	10.583.997	12.434.330
		<b><u>15.534.015</u></b>	<b><u>18.223.285</u></b>
Parcela do circulante		<b><u>3.002.286</u></b>	<b><u>3.039.915</u></b>
Parcela do não circulante		<b><u>12.531.729</u></b>	<b><u>15.183.370</u></b>

A Companhia obteve em julho de 2011 um financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no montante de R\$ 28.217.844, com o objetivo de aplicar em gastos com Estudos e Projetos, Obras Civas e Máquinas e Equipamentos. O Subcrédito A é corrigido pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira mais 3% ao ano e sobre o Subcrédito B incidem encargos financeiros de 3% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, tendo como garantia os fiadores a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG com 51% e Eletrobrás com 49% do saldo devedor.

## 10-DIVIDENDOS

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido, calculado conforme disposto no Estatuto Social.

A proposta de dividendos, calculada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, consignada nessas demonstrações financeiras é como segue:

	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	9.942.086
Constituição da reserva legal	<u>(497.104)</u>
	<b>9.444.982</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>2.361.245</b>
<b>Reserva de retenção de lucros</b>	<b>7.083.737</b>

Em decorrência das diferenças entre as práticas societárias, considerando que as duas demonstrações devem ser lidas em conjunto, o dividendo será distribuído considerando o apurado de acordo com as práticas societárias.

## 11-PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais) em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é representado por 28.000.000 (vinte e oito milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal de emissão, tendo como acionistas a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, com participação de 51%, e Furnas – Centrais Elétricas S/A, com participação de 49%.

### Composição do Patrimônio Líquido:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Capital social	28.000.000	28.000.000
Reservas legal	2.883.273	2.386.169
Reserva de retenção de lucros	<u>7.814.062</u>	<u>9.152.589</u>
<b>Total do Patrimônio líquido</b>	<b><u>38.697.335</u></b>	<b><u>39.538.758</u></b>

A reserva legal está constituída à alíquota de 5% do lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio, até o limite de 20% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido, calculado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

## 12-RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional proveniente de Contratos de Concessão: De acordo com a interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Com base nesse modelo, a receita anual permitida - RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

As principais fontes de receita da companhia estão descritas a seguir:

- Receita de remuneração do ativo financeiro a ser reconhecida até o fim do período da concessão auferida levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento e definida no início de cada concessão; e
- Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear e mensurada no início de cada concessão, e com base no que dita o Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente ao IAS 18).

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional bruta	<u>16.396.143</u>	<u>15.939.914</u>
Deduções da receita		
PIS	(106.571)	(103.609)
COFINS	(491.868)	(478.197)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(152.397)	(148.437)
Reserva global de reversão - RGR	(342.967)	(313.269)
Taxa de Fiscalização - ANEEL	(62.117)	(63.950)
	<u>(1.155.920)</u>	<u>(1.107.462)</u>
Receita operacional líquida	<u>15.240.223</u>	<u>14.832.452</u>

### 13-DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras abrangem despesas com tarifas bancárias, juros, multas e encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos, a saber:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Encargos sobre financiamento BNDES	1.518.921	1.750.802
Varição cambial - BNDES	652.679	1.030.248
Outras despesas financeiras	122.797	179.516
<b>Total</b>	<b><u>2.294.397</u></b>	<b><u>2.960.566</u></b>

### 14-INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, aplicações financeiras e contas a receber, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

Fatores de risco – Risco de crédito: Considerando que a Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com concessionárias e permissionárias, regulando a prestação de seus serviços, o risco de crédito por contas a receber é considerado baixo.



## 15-CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

	2017			2016		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	16.793.158		16.793.158	19.845.574		19.845.574
Concessionárias e permissionárias	1.628.828		1.628.828	1.599.408		1.599.408
Impostos e contribuições a recuperar	54.751		54.751	441.310		441.310
Outros créditos	798		798			
<b>Não Circulante</b>						
Concessionárias e permissionárias	69.194		69.194	68.592		68.592
Pesquisa e desenvolvimento	176.000		176.000	176.000		176.000
Depósitos judiciais	389.382		389.382	389.382		389.382
Ativo financeiro	37.698.150	-37.698.150		39.144.779	-39.144.779	
Ativo imobilizado		37.157.439	37.157.439		38.578.607	38.578.607
Ativo intangível		1.237.931	1.237.931		1.237.931	1.237.931
<b>Total do ativo</b>	<b>56.810.261</b>	<b>697.220</b>	<b>57.507.481</b>	<b>61.665.045</b>	<b>671.759</b>	<b>62.336.804</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	33.175		33.175	87.778		87.778
Impostos e contribuições sociais	291.330		291.330	513.515		513.515
Empréstimos e financiamentos	3.002.286		3.002.286	3.039.915		3.039.915
Pesquisa e desenvolvimento	585.108		585.108	492.089		492.089
Dividendos	2.355.199	-6.046	2.361.245	2.639.035		2.639.035
Outros débitos	5.273		5.273	836.696		836.696
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	12.531.729		12.531.729	15.183.370		15.183.370
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital social	28.000.000		28.000.000	28.000.000		28.000.000
Reservas de lucros	10.006.161	-691.174	10.697.335	10.872.647	-671.759	11.544.406
<b>Total do passivo</b>	<b>56.810.261</b>	<b>-697.220</b>	<b>57.507.481</b>	<b>61.665.045</b>	<b>-671.759</b>	<b>62.336.804</b>
<b>Resultado</b>						
<b>Receita operacional</b>						
Receita de transmissão de energia elétrica	14.948.985	1.447.158	16.396.143	14.494.437	1.445.477	15.939.914
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>14.948.985</b>	<b>1.447.158</b>	<b>16.396.143</b>	<b>14.494.437</b>	<b>1.445.477</b>	<b>15.939.914</b>
Deduções da receita	-2.510.802	1.354.882	-1.155.920	-2.353.462	1.246.000	-1.107.462
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>12.438.183</b>	<b>2.802.040</b>	<b>15.240.223</b>	<b>12.140.975</b>	<b>2.691.477</b>	<b>14.832.452</b>
<b>Despesa operacional</b>	<b>-1.293.135</b>	<b>-2.776.579</b>	<b>-4.069.714</b>	<b>-1.211.421</b>	<b>-2.667.696</b>	<b>-3.879.117</b>
<b>Resultado do serviço</b>	<b>11.145.048</b>	<b>25.461</b>	<b>11.170.509</b>	<b>10.929.554</b>	<b>23.781</b>	<b>10.953.335</b>
Receita financeira	2.331.915		2.331.915	4.295.783		4.295.783
Despesa financeira	-2.294.397		-2.294.397	-2.960.566		-2.960.566
<b>Resultado antes da CSLL e IRPJ</b>	<b>11.182.566</b>	<b>25.461</b>	<b>11.208.027</b>	<b>12.264.771</b>	<b>23.781</b>	<b>12.288.552</b>
Contribuição social	-384.855		-384.855	-353.764		-353.764
Imposto de renda	-881.086		-881.086	-799.280		-799.280
<b>Resultado do exercício</b>	<b>9.916.625</b>	<b>25.461</b>	<b>9.942.086</b>	<b>11.111.727</b>	<b>23.781</b>	<b>11.135.508</b>

  
**Mauro Sergio Gaspar**  
 Contador CRC 1SP120914/O-9  
 CPF: 812.967.898-53